

Subjetividade e Cuidado no Cárcere: Narrativas de Participantes de um Grupo Terapêutico sobre Dependência de Substâncias

Subjectivity and Care in Prison: Narratives of Participants in a Therapeutic Group on Substance Dependence

Millena Lüdtkke de Carvalho¹, Larissa de Abreu Queiroz¹, Camila Maffioletti Cavaler¹,
Danielly Desidério de Souza¹ & Ana Claudia Schmidt Rabello²

RESUMO: A dependência de substâncias psicoativas, especialmente em contextos de privação de liberdade, revela-se uma problemática complexa e atravessada por fatores sociais, emocionais e estruturais. Este estudo teve como objetivo avaliar a percepção de homens privados de liberdade sobre um grupo terapêutico realizado em um presídio, com foco na reflexão sobre o uso de substâncias. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória. A intervenção foi conduzida por estagiárias de psicologia ao longo de nove encontros semanais, com temas voltados à redução de danos, ao autoconhecimento, às estratégias de cuidado e à construção de projetos de vida. Após o término da intervenção, foram realizadas entrevistas individuais com quatro participantes do grupo, que ainda se encontravam em regime fechado. Os resultados foram organizados em seis categorias: avaliação da intervenção; expectativas para o futuro; estratégias para manutenção da abstinência; estigma; relação com o abuso de substâncias; e vivência no sistema prisional. Os participantes relataram que a experiência grupal promoveu reflexões significativas sobre suas trajetórias, fortaleceu a autoestima e despertou o desejo de mudança. Destacou-se ainda a importância da escuta qualificada como ferramenta de reconstrução subjetiva e fortalecimento de vínculos sociais. Conclui-se que espaços terapêuticos no sistema prisional representam uma oportunidade de transformação pessoal e resgate da dignidade, favorecendo processos de reinserção social mais humanizados e efetivos.

Palavras-chave: Grupo terapêutico; Dependência de substâncias; Sistema prisional; Estigma; Reinserção social.

ABSTRACT: Psychoactive substance dependence, especially in contexts of incarceration, is a complex issue shaped by social, emotional, and structural factors. This study aimed to evaluate the perceptions of incarcerated men regarding a therapeutic group conducted in a correctional facility, focusing on reflection about substance use. This is a qualitative and

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

² Sistema Prisional de Santa Catarina (SEJURI)

exploratory study. The intervention was conducted by psychology interns over nine weekly sessions, addressing topics related to harm reduction, self-awareness, self-care strategies, and the development of future life projects. Following the intervention, individual interviews were conducted with four participants who remained incarcerated under a closed prison regime. The findings were organized into six categories: evaluation of the intervention; expectations for the future; strategies for maintaining abstinence; stigma; the relationship with substance misuse; and experiences within the prison system. Participants reported that the group experience fostered meaningful reflection on their life trajectories, strengthened self-esteem, and encouraged a desire for change. The importance of qualified listening as a tool for subjective reconstruction and the strengthening of social bonds was also highlighted. It is concluded that therapeutic spaces within the prison system provide opportunities for personal transformation and the restoration of dignity, contributing to more humane and effective processes of social reintegration.

Keywords: Therapeutic group; Substance dependence; Prison system; Stigma; Social reintegration.

Introdução

A dependência de substâncias psicoativas é um fenômeno complexo e multifacetado que ultrapassa as dimensões biológicas e psicológicas, estando profundamente enraizada em fatores sociais, políticos, econômicos e culturais. Nesse sentido, ao abordarmos o tema, torna-se importante considerar os contextos socioculturais que favorecem a dinâmica de dependência, mas que tendem a ser menos explorados em análises exclusivamente biomédicas sobre o transtorno por uso de substâncias (American Psychiatric Association, 2023).

Os fatores sociais, segundo Rêgo et al. (2019), costumam exercer influência decisiva no consumo ao oferecer estímulos que moldam e reforçam o comportamento aditivo. Com a progressão da dependência, o indivíduo passa a direcionar grande parte de sua rotina para a busca e aquisição da substância, o que pode resultar na negligência de outros interesses e responsabilidades. Essa mudança não deve ser interpretada como mero ato de descuido ou falta de vontade, mas como uma consequência dos desafios impostos

por um processo que compromete tanto o cuidado pessoal quanto as relações familiares, sociais e profissionais (Capistrano et al., 2013). Além disso, fatores de risco, como um núcleo familiar instável, podem funcionar como um terreno fértil para o desenvolvimento da dependência de substâncias psicoativas. Essa fragilidade pode manifestar-se por meio de sentimento de impotência, baixa tolerância à frustração e desafios para manter um projeto de vida, fatores que, combinados, atuam como estímulos para a manutenção do processo aditivo (Silva & Coutinho, 2024).

O uso problemático de substâncias, além de ter efeito direto sobre a vida dos sujeitos, impacta o âmbito familiar, gerando o enfraquecimento dos vínculos afetivos e conflitos nas relações com cônjuges, filhos e demais familiares; na área educacional, contribui para a interrupção dos estudos; e no campo laboral, marcado por absenteísmo, atrasos e dificuldade em desempenhar funções, o que compromete o desempenho profissional e impacta a sociedade (Capistrano et al., 2013). Muitas vezes, os familiares não conseguem compreender o processo de adoecimento da pessoa, o que os leva a enfrentar dificuldades no manejo das atitudes e, em alguns casos, a buscar soluções para o problema que desconsideram sua complexidade. Essa falta de entendimento agrava a situação, evidenciando como o contexto social e familiar exerce papel fundamental na dinâmica da dependência (Santos, 2018).

No contexto prisional, essa problemática se torna ainda mais desafiadora, pois a privação de liberdade, somada à marginalização social, agrava os impactos da dependência e dificulta a reinserção do indivíduo na sociedade. Para tanto, no enfrentamento dessa questão, é essencial considerar o estigma como fator agravante do sofrimento. Segundo Goffman (2004), o estigma é um atributo profundamente depreciativo que reduz a pessoa a uma identidade desvalorizada nas interações sociais. Essa construção social opera não apenas no olhar externo, mas é frequentemente

internalizada por aqueles que vivenciam a condição estigmatizada, gerando sentimentos de alienação, discriminação percebida e evitação social (Miric et al., 2018).

No caso das pessoas em tratamento para dependência de substâncias psicoativas, o estigma internalizado pode dificultar a adesão terapêutica e o processo de reintegração. No ambiente prisional, essa dinâmica é ainda mais intensa: os estigmas associados ao uso de drogas somam-se à imagem negativa historicamente construída em torno da figura do detento. O sensacionalismo midiático e os discursos punitivistas reforçam estereótipos que degradam a personalidade do indivíduo encarcerado, muitas vezes reduzido à sua infração penal (Monteiro, 2019). Essa rotulação social colabora para a cristalização de identidades desviantes, dificultando o acesso a oportunidades e a reconstrução de uma narrativa mais digna sobre si mesmo (Peixoto & Coronel, 2021).

Esse cenário evidencia uma realidade preocupante: muitos indivíduos com histórico de uso abusivo de substâncias acabam sendo encaminhados ao sistema prisional por envolvimento em pequenos delitos, muitas vezes ligados à manutenção do consumo. Embora seja necessário reconhecer que crimes foram cometidos, é fundamental refletir sobre as condições sociais que atravessam essas trajetórias. Problemas de saúde mental e uso abusivo de drogas, que deveriam ser tratados de forma prioritária na esfera da saúde pública, acabam sendo absorvidos pelo sistema de justiça criminal. Com isso, o sistema prisional passa a assumir, em muitos casos, funções que antes eram atribuídas aos hospitais psiquiátricos, não como espaços de cuidado, mas como formas de contenção social (Oliveira et al., 2019).

Essa reflexão dialoga com Foucault (2019), ao mostrar como diferentes instituições operam mecanismos de controle e exclusão dos considerados desviantes. Basaglia (1985), ao criticar os manicômios, já apontava para o risco de se isolar pessoas em sofrimento em nome da ordem pública, negando-lhes o direito à cidadania. De forma

semelhante, o encarceramento de pessoas em situação de vulnerabilidade associada à dependência pode atualizar essa lógica de exclusão, em que a privação de liberdade substitui o cuidado e a escuta (Morcerf et al., 2024). Embora nem todos os casos possam ser compreendidos sob essa ótica, é importante problematizar o quanto o sistema penal vem sendo acionado para lidar com questões que extrapolam o campo jurídico e exigem respostas integradas entre saúde, assistência e justiça.

A relação entre dependência de substâncias psicoativas e criminalidade é complexa e não pode ser reduzida a uma visão determinista ou estigmatizante (Silva & Coutinho, 2024). Pessoas em uso problemático de substâncias frequentemente enfrentam conflitos familiares, que podem resultar no afastamento do lar e, em alguns casos, na vivência nas ruas. Além disso, a permanência nas ruas pode ser agravada por ameaças de morte devido a dívidas de drogas, forçando muitos usuários a buscar refúgio em locais marginalizados. O envolvimento com a criminalidade também está relacionado a esse contexto, uma vez que indivíduos em situação de dependência podem recorrer a pequenos furtos ou outras práticas ilícitas para sustentar o consumo (Capistrano et al., 2013).

No entanto, é fundamental compreender que essa relação não ocorre de maneira homogênea e está fortemente influenciada pelo contexto social, econômico e cultural, bem como pelas condições de vulnerabilidade vivenciadas e pelas oportunidades disponíveis aos indivíduos (Rêgo et al., 2019). Em razão disso, o enfrentamento da dependência de substâncias psicoativas deve ir além da repressão e da vinculação exclusiva com a segurança pública, sendo a drogadição um problema social e de saúde pública. Rêgo et al. (2019) defendem o fortalecimento de políticas públicas pautadas na prevenção, na redução de danos e na garantia de direitos, de modo a responder às vulnerabilidades que permeiam o uso de substâncias psicoativas e favorecer o processo de reinserção social dos indivíduos.

Diante disso, a implementação de estratégias terapêuticas que favoreçam o desenvolvimento de novas formas de enfrentamento se mostra essencial. Os grupos terapêuticos têm se consolidado como um recurso fundamental no tratamento de dependentes de substâncias psicoativas, especialmente em contextos institucionais como o sistema prisional. Segundo Yalom e Leszcz (2006), a psicoterapia em grupo demonstra maior eficácia em diversos contextos, incluindo o tratamento para usuários de drogas. Esse formato possibilita a troca de experiências entre os participantes, promovendo identificação e reflexão sobre suas próprias trajetórias, o que pode facilitar o processo de mudança e recuperação (Fadel, 2015).

Além disso, a abordagem grupal se baseia no princípio de que a dependência de substâncias psicoativas, sendo uma condição estigmatizante, frequentemente leva a pessoa ao isolamento social e à percepção de que sua experiência é única. No ambiente grupal, essa sensação de exclusividade é ressignificada por meio do compartilhamento de vivências, permitindo uma compreensão ampliada de si mesmo e da própria condição (Ribeiro et al., 2020). Dessa forma, o grupo terapêutico atua não apenas como um espaço de apoio emocional, mas também como um instrumento que viabiliza a reconstrução da identidade e a elaboração de estratégias para a manutenção da abstinência. Além disso, para que seja eficaz, ele precisa ser suficientemente atrativo para os seus membros, promovendo um sentimento de pertencimento e identificação.

A coesão do grupo, segundo Lapassade (1989), depende da clareza, relevância e aceitação compartilhada de seus objetivos pelos participantes. O espaço terapêutico favorece a satisfação das necessidades individuais e a redução de tensões, ampliando a compreensão de que a terapia em grupo vai além do tratamento de indivíduos isolados, ela abrange as interações entre os membros e a dinâmica coletiva como um todo (Ribeiro et al., 2020).

Os grupos terapêuticos passam por três estágios fundamentais: orientação; conflito; e desenvolvimento da coesão. No estágio final, os participantes tornam-se mais autocentrados no “aqui e agora”, oferecendo feedbacks mais construtivos, reduzindo a necessidade de intervenção do terapeuta. Este, por sua vez, deve garantir um ambiente de acolhimento e validação emocional, permitindo que os participantes se sintam respeitados e ouvidos (Yalom & Leszcz, 2006).

Portanto, o foco do grupo terapêutico não é a “cura”, no sentido clássico, mas o desenvolvimento pessoal e a ampliação da liberdade do indivíduo para lidar com seus relacionamentos e experiências de maneira mais autêntica e integrada (Antonio & Marcarenhas, 2020).

Dentro do contexto prisional, a formação e a condução de grupos psicoterapêuticos se destacam como estratégias essenciais para promover saúde mental e transformar narrativas individuais em experiências coletivas de superação. Quando bem estruturado, esse espaço possibilita que os participantes compartilhem vivências, reconhecendo e ressignificando experiências marcadas pelo convívio no cárcere, além de ampliarem suas redes de apoio interno. Ao trabalhar coletivamente, os detentos podem desenvolver habilidades essenciais como a comunicação não violenta, o manejo assertivo das emoções e a construção de vínculos sociais sólidos, que servem como fundamentos para a reintegração social e para a redução dos índices de reincidência.

Conforme evidenciado por Rolim et al. (2023), a intervenção em grupo não apenas contribui para a promoção de uma nova percepção sobre si mesmos e os outros, mas também representa um instrumento vital para a humanização do ambiente prisional, ao transformar a vivência do isolamento em um processo de aprendizagem colaborativa e de fortalecimento de competências socioemocionais.

Considerando esses aspectos, este artigo busca avaliar a percepção de participantes de um grupo terapêutico acerca da efetividade dessa intervenção na promoção de reflexões sobre a dependência de substâncias psicoativas.

Método

Dado que os grupos terapêuticos realizados no sistema prisional e, especialmente, a avaliação de percepção sobre seus efeitos são trabalhos pouco descritos na literatura, esta pesquisa busca ocupar um espaço ainda pouco explorado na literatura, contribuindo para a formulação de hipóteses. Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório (Gil, 2019)

Desenho do estudo

Como mencionado, este trabalho busca avaliar a percepção dos participantes de um grupo terapêutico sobre a efetividade dos encontros como instrumento para a reflexão sobre a dependência de substâncias psicoativas. A intervenção grupal foi conduzida por estagiárias do curso de psicologia, em ocasião do estágio curricular obrigatório em psicologia social, o qual foi supervisionado por uma psicóloga vinculada à instituição prisional e orientado semanalmente por uma professora-psicóloga.

Ao longo do semestre, realizaram-se nove encontros com os apenados, todos eram homens. O grupo teve frequência semanal e duração de uma hora, com temas que versavam sobre autoconhecimento, riscos do consumo de substâncias, percepção do padrão de uso, estratégias de redução de danos, identificação das redes de apoio, desenvolvimento de projetos de vida e reflexões sobre barreiras internas e estratégias para lidar com a negação e resistência às mudanças. Após a finalização do estágio, estabeleceu-se como objetivo avaliar a percepção dos participantes sobre a intervenção.

Embora o grupo terapêutico tenha contado com seis participantes, apenas quatro aceitaram participar das entrevistas que compõem esta análise. Com o objetivo de reduzir

o risco de viés, as entrevistas foram realizadas por uma professora-pesquisadora que não participou dos encontros e que é, portanto, desconhecida dos participantes. Buscou-se, com isso, reduzir o risco de respostas que os participantes pudessem compreender como desejáveis para a coletadora.

As entrevistas foram realizadas em uma sala disponibilizada pela unidade prisional, livre de ruídos e interrupções, garantindo o sigilo das respostas. As entrevistas tiveram um tempo médio de 60 minutos, foram gravadas e posteriormente transcritas. O estudo passou por avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos e foi autorizado sob o número de parecer 7.199.159.

Análise de dados

Para análise dos dados, foi adotada a metodologia de análise categorial temática descrita por Bardin (2011). Esta abordagem apresenta uma estrutura dividida em três etapas. A primeira etapa é a pré-análise, onde o pesquisador começa a organizar o material para o processo de análise dos dados. Isso envolve a definição de objetivos claros e a familiarização com os dados. Posteriormente, a etapa de exploração do material é utilizada para analisar profundamente os dados, de maneira sistemática e detalhada, orientando-se pelas hipóteses e referenciais teóricos. E, por último, a fase de tratamento dos resultados, que tem finalidade de analisar os resultados de forma reflexiva e crítica, realizando a organização dos dados em categorias ou temas principais e a elaboração de descrições (Sousa & Santos, 2020).

Resultados e Discussão

No que se refere às características sociodemográficas dos participantes, foram coletadas informações sobre idade, escolaridade, autodeclaração racial, droga de abuso e tempo de abstinência, as quais estão descritas na tabela 1 abaixo.

Tabela 1

Características Sociodemográficas dos Participantes

Participante	Idade	Escolaridade	Raça/Cor	Droga de Abuso	Tempo de Abstinência
P1	42	Ens.Fund. Incompleto	Branco	Cocaína e crack	4 meses
P2	32	Ens.Fund. Incompleto	Branco	Crack	7 meses
P3	33	Sup. completo	Branco	Cocaína e crack	4 meses
P4	36	Ens.Médio Incompleto	Pardo	Crack	4 anos

Após a transcrição e leitura aprofundada das entrevistas, realizou-se a análise temática do material empírico, da qual emergiram categorias analíticas construídas a partir das narrativas dos participantes. Embora derivadas dos dados coletados, essas categorias dialogam diretamente com os eixos teóricos apresentados na introdução, especialmente aqueles relacionados ao estigma, ao cuidado em saúde mental, à reconstrução subjetiva e às especificidades do contexto prisional, permitindo compreender como esses processos se materializam nas experiências vividas pelos participantes do grupo terapêutico.

Assim, a análise foi organizada em seis categorias: “Avaliação da intervenção”; “Expectativas para o futuro”; “Estratégias para manutenção da abstinência”; “Estigma”; “Relação com o abuso de substâncias”; e “Vivência no sistema prisional”. As categorias representam dimensões complementares da experiência dos participantes. Enquanto algumas dizem respeito aos efeitos percebidos da intervenção, outras evidenciam elementos contextuais que atravessam os processos de cuidado, como o estigma, a experiência prisional e a construção de perspectivas futuras.

Na categoria “Avaliação da intervenção”, todos os participantes apresentaram uma percepção positiva em relação aos encontros, tecendo elogios tanto à mediação respeitosa das estagiárias para com eles, quanto ao conteúdo abordado. Dois participantes (P1 e P3) sugeriram que fossem efetuados mais encontros, além dos nove previamente realizados. A possibilidade de reflexão sobre o abuso de drogas, permitiu que refletissem sobre os efeitos de tal dinâmica em suas vidas, conforme descrito pelo Participante 3.

Depois que eu passei por esse grupo, bah, eu dominei a vida mesmo. [...]

Eu comecei a ver a droga de outra forma. Na verdade, não, eu comecei a ver a vida de outra forma. Porque antes minha expectativa era droga, droga. Eu comecei a ver que não era só isso, comecei, e elas fizeram, eu pensei, eu lembrar de como eu era antes, sem a droga. E eu sem a droga sou melhor do que com a droga, com certeza. (P3)

O relato do participante evidencia os danos causados pela trajetória de dependência de substâncias psicoativas. O uso abusivo de substâncias compromete significativamente a saúde física e mental do indivíduo, afetando seus vínculos familiares e sociais. Em contextos como o sistema prisional, onde a privação de liberdade já impõe rupturas identitárias e sociais profundas, os prejuízos da dependência tendem a ser ainda mais agravados (Zanini & Sotili, 2019). Nesse sentido, o grupo terapêutico emerge como um espaço potencial de reconstrução, não apenas por possibilitar o acolhimento da dor e do sofrimento, mas, também, por promover um olhar mais amplo sobre si e sobre os efeitos da substância na vida pessoal e relacional.

Essa percepção de transformação subjetiva a partir das vivências remete à proposta de Rolim et al. (2023), que destacam que os grupos psicossociais no sistema prisional oportunizam espaços de escuta e reflexão, capazes de promover mudanças nas narrativas de vida e nas percepções sociais dos participantes. A atuação grupal rompe a

lógica individualizante, possibilitando que o sujeito ressignifique sua história a partir da troca com o outro, o que é essencial em contextos marcados pela exclusão e pelo isolamento social.

Ao vivenciarem o espaço grupal, os participantes puderam reconhecer-se não apenas em suas fragilidades, mas, também, em suas potências, resgatando memórias, sentimentos e projetos que haviam sido esquecidos ou negligenciados em função do consumo abusivo de substâncias e da própria experiência prisional. Esse processo evidencia o papel do grupo como um catalisador de mudanças, capaz de promover saúde mental, pertencimento e novas formas de lidar com a realidade. Essa visão vai ao encontro de Antonio e Marcarenhas (2020), que compreendem o grupo como um organismo vivo, autorregulado e em constante movimento, no qual as trocas estabelecidas entre os participantes contribuem para o crescimento coletivo e individual, favorecendo a ressignificação das experiências e a construção de novos sentidos para a vida. Isso porque cada alteração estrutural reverbera em todos os seus membros, demonstrando a existência de um “instinto grupal” que impulsiona seu crescimento e equilíbrio, possibilitando que os participantes se regulem em relação ao ambiente.

Outro ponto de destaque na fala dos participantes foi o conhecimento das políticas públicas destinadas ao suporte de pessoas com dependência ou sofrimento psíquico decorrente do uso de substâncias psicoativas, como os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), os serviços de assistência social, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) etc. Esses serviços são garantidos legalmente, mas desconhecidos por parte dos usuários.

Elas me deram vários meios, vários recursos para que a gente possa se aproximar, usando através do governo, se for preciso, pra poder tratar esse problema que a gente tem. Que oferecem assistência social, que no caso eu não

preciso, mas tem muitos aqui dentro que precisam, programas psicológicos, médicos que eu preciso. (P1)

A partir da escuta qualificada e das trocas de informações realizadas nos encontros terapêuticos, os apenados puderam ampliar significativamente sua visão sobre os direitos que lhes são assegurados e sobre os serviços públicos disponíveis para apoio, reintegração e continuidade do tratamento. Esse contato com informações antes desconhecidas revelou-se um aspecto central da intervenção. Historicamente, sujeitos em privação de liberdade e em situação de dependência de drogas são privados não apenas do convívio social, mas, também, do acesso à informação e a políticas públicas básicas. Esses elementos são fundamentais na promoção da cidadania e na reconstrução da autonomia, permitindo que essas pessoas reivindiquem seus direitos e participem ativamente dos processos que envolvem sua saúde e bem-estar (Martins, 2015).

A categoria “Expectativas para o futuro” se refere a mudanças de perspectivas em relação aos planos de médio e longo prazo após a participação no grupo. Em geral, os participantes relatam o desejo de buscar um trabalho, adquirir bens materiais e voltar a se aproximar da família. Segundo o participante 4, o grupo “ajudou a pensar em fazer as coisas duas vezes antes de fazer. Pensei mais nas minhas filhas. Voltar a conviver, ver elas. Pegar, poder levar elas pra sair, levar no shopping, na praça”. Já o participante 2, diz ter o desejo de “comprar uma moto, até pensei em ir pra praia, curtir a praia, que eu sempre gosto de praia, né? [...] Ajudar os pescadores e trabalhar na temporada”.

Além de imaginarem um futuro em que estão próximos da família e tendo rendimentos financeiros, um dos participantes fala do desejo de ver os demais companheiros de cárcere bem, segundo ele:

Tenho esperança de poder encontrar esse pessoal aqui na rua bem. Esse pessoal que tá participando. Não só eles, mas outros que eu conheço aqui dentro

também. Encontrar, como eu falei pra eles. Ó, se eu passar com vocês. Se eu passar no caminhãozinho trabalhando. Vocês não ficam com vergonha. Se eu der tchau. Cara, isso foi muito legal. Então, é isso. A minha esperança é de encontrar essas pessoas bem. Eu não quero ver ninguém na droga. (P1)

Esses relatos evidenciam que os encontros grupais não apenas proporcionaram acolhimento emocional e troca de vivências, mas também estimularam a reorganização interna dos sujeitos em relação ao tempo futuro, o que é fundamental para a superação do ciclo de reincidência criminal e do uso problemático de substâncias. De acordo com Pereira et al. (2023), a construção de projetos de vida realistas e significativos é um dos principais fatores de proteção na trajetória de recuperação da dependência de substâncias psicoativas, principalmente quando associados à reintegração familiar e à inserção no mundo do trabalho.

Em contextos de privação de liberdade, o resgate da esperança e a possibilidade de planejar o futuro se tornam atos profundamente potentes, visto que a experiência do cárcere tende a cristalizar sentimentos de fracasso, culpa e estagnação. Sob essa perspectiva, os grupos terapêuticos desempenham o papel de abrir brechas de sentido em meio à dureza da realidade prisional, fortalecendo a noção de que é possível reconstruir trajetórias.

Além disso, o desejo de ver os colegas de cela “na rua, bem”, como relatado por um dos participantes, revela não apenas empatia, mas, também, o desenvolvimento de vínculos positivos e de um sentimento de pertencimento coletivo. Esse tipo de vínculo, segundo Yalom e Leszcz (2006), é um dos efeitos mais transformadores da terapia em grupo, o fortalecimento da coesão e da solidariedade entre os participantes contribui para a motivação mútua e para o senso de responsabilidade compartilhada, aspectos essenciais em processos de mudança pessoal e reintegração social.

Na terceira categoria, “Estratégias para manutenção da abstinência”, os participantes relatam sobre quais ações planejam fazer para que não voltem a usar a substância da qual eram dependentes. Entre as estratégias, surge a necessidade de se manter distante de contextos que favoreçam o uso de álcool e drogas, bem como de recorrer aos serviços de saúde para continuar em tratamento para abstinência. O participante 2, morador de rua há 25 anos, diz: “Vou botar ela [a esposa] no CAPS, vou botar a minha mulher no CAPS pra parar com o álcool.”

A preocupação com a necessidade de tratamento para sua esposa, também moradora de rua e com quem vive em conjugalidade há mais de 15 anos, sugere que o participante é capaz de identificar que, para se manter distante das drogas de abuso, precisa estar cercado de pessoas que também o façam, como ele complementa no trecho a seguir:

Como eu falei uma vez no grupo ali pra elas, que depende da gente, é só a gente evitar os hábitos, os lugares, as pessoas que nós íamos antes. Onde tem a droga, onde tem o bar, onde tem o álcool, onde tem aquele que fuma, aquele que cheira, aquele que rouba. É só evitar os lugares. Sim. Evitar os lugares, evitar as pessoas [...] então, é só procurar as coisas diferentes. Que tudo vai pra frente. (P2)

Já o participante 3 argumenta sobre a necessidade de acompanhamento no CAPS, pois entende que a dependência pode tirar o seu discernimento de escolher ou não o uso da substância.

Eu acredito que elas abriram os nossos olhos, como continuar na rua, com CAPS, continuar com esse apoio que tem, isso marcou bastante, porque quando eu sair daqui eu vou ter um acompanhamento no CAPS, porque eu quero mesmo ir, eu posso achar que eu tô forte, mas quando eu vejo, eu recaio, é uma coisa que eu não quero recair, então eu vou continuar. (P3)

A compreensão do participante 2 vai ao encontro dos estudos de Abreu e Lima (2022), que destacam que a manutenção da abstinência está fortemente associada à capacidade de reestruturar rotinas, vínculos e ambientes. A prevenção à recaída exige estratégias que envolvam não apenas o indivíduo, mas, também, os aspectos sociais e familiares que o cercam, além do acesso contínuo a políticas públicas de saúde mental.

De forma semelhante, o participante 3 reconhece a importância de manter o acompanhamento com o CAPS mesmo após a liberdade, demonstrando consciência de que o processo de recuperação é contínuo e exige vigilância sobre a própria vulnerabilidade. A fala demonstra compreensão de que a recaída não representa um fracasso, mas um risco real e recorrente no processo de reabilitação, especialmente em sujeitos com histórico de uso prolongado e múltiplas vulnerabilidades sociais. A eficácia simbólica de estratégias de prevenção à recaída depende de autoconhecimento, construção de redes de apoio e acesso a serviços especializados, todos eles trabalhados nas dinâmicas grupais observadas nesta pesquisa (Soccol et al., 2022).

A categoria “Estigma” aborda o preconceito da sociedade em relação a pessoas dependentes de substâncias psicoativas, que é ainda mais grave quando se trata de egressos do sistema penal. Os participantes, no entanto, assumem em suas falas seus próprios preconceitos em relação a essas situações, em que a baixa autoestima produzia uma visão depreciativa de si mesmos. Como pode ser observado na fala do participante 1: “Então, hoje, eu me olho de outra forma. Eu não me enxergo mais como [P1] vagabundo. Eu me enxergo como o [P1] hoje, através das meninas ali, né? E do trabalho que eu tô fazendo com elas”.

O impacto da estigmatização é amplamente reconhecido na literatura como um dos maiores obstáculos à reintegração social de pessoas com histórico de uso de drogas e encarceramento (Ribeiro-Andrade et al., 2021). Nesse contexto, o estigma não se

restringe à exclusão social imposta pelo meio, mas passa a ser incorporado pelo sujeito, afetando diretamente sua autopercepção, reduzindo sua autoconfiança e comprometendo sua expectativa de mudança. Funciona como uma marca social que desqualifica o indivíduo não apenas diante dos outros, mas também diante de si mesmo, interferindo profundamente na construção da identidade e na elaboração de projetos de vida. A estigmatização atua, portanto, como uma barreira significativa à ressocialização de dependentes de substâncias, uma vez que a sociedade tende a dificultar sua reinserção, muitas vezes reforçando a exclusão e contribuindo para a manutenção do ciclo de dependência (Ribeiro-Andrade et al., 2021).

O preconceito social e a falta de apoio familiar também são observados no relato:

Eu me sentia um pouco, às vezes, rejeitado, antes do grupo... Porque, na minha mente, as pessoas desacreditaram de mim. Familiares, coisa e tal... [...] Minha cunhada prometeu que não ia me conhecer, por eu ser um presidiário, o pai dela ser um ex-policial. Ela meio que me julgou e isso também. (P1)

A rejeição familiar, frequentemente associada ao preconceito em relação ao sistema penal, contribui para o isolamento afetivo e dificulta a construção de vínculos protetores após a saída do cárcere. Como destacam Soccol et al. (2022), para além das intervenções individuais, a reinserção social depende do enfrentamento coletivo do estigma e da construção de redes de apoio que acolham e legitimem o sujeito em processo de mudança. Nesse sentido, a ausência de rede de apoio e o abandono familiar podem ser compreendidos como consequências diretas da sobreposição de estigmas vivenciados, o de serem dependentes de substâncias psicoativas e, simultaneamente, pessoas com passagem pelo sistema prisional (Pandini et al., 2016; Cúnico et al., 2020). Esse duplo estigma não apenas dificulta o acesso a oportunidades sociais, como também fragiliza os vínculos afetivos mais próximos, contribuindo para a exclusão e solidão em momentos

cruciais de reconstrução de vida (Soccol et al., 2022). A rejeição, muitas vezes velada ou naturalizada, reforça a ideia de que esses indivíduos não são dignos de confiança, cuidado ou pertencimento, minando o suporte necessário para sustentar a abstinência e evitar recaídas. A quebra desses laços, por sua vez, limita as possibilidades de reintegração e favorece a manutenção do ciclo de marginalização (Nóbrega et al., 2020).

A quinta categoria, “Relação com o abuso de substâncias” versa sobre a experiência dos participantes no período de dependência. Aspectos negativos do abuso foram levantados de forma unânime pelos participantes, com falas que reafirmam a centralidade da droga em detrimento de atividades de lazer e da proximidade com a família, como relatado pelo participante 1: “Ela atua com a família, com a namorada, com a esposa. Fica muito chato. A droga... ela acaba com tudo. Ela destrói a vida do ser humano e a família do ser humano”.

A percepção de que a dependência de substâncias compromete não apenas o sujeito, mas também seu entorno social e afetivo, é corroborada por estudos que apontam os prejuízos emocionais, econômicos e relacionais como características centrais do quadro de dependência. A droga passa a ocupar uma posição central na vida do indivíduo, desorganizando rotinas, obscurecendo prioridades e afetando diretamente o senso de responsabilidade e pertencimento (Silvestre et al., 2023).

Na fala do participante 3, único dos entrevistados com escolaridade de nível superior, é possível perceber que o abuso de substâncias é um fenômeno que atravessa todas as classes sociais, ainda que as mais pobres tendam a ser as mais criminalizadas.

É, usei muitos anos cocaína, muitos anos mesmo, e dava aula, tudo. Quando eu caí no crack, foi um dia que não tinha cocaína, peguei, comecei a usar o crack [...]. Por quê? Porque eu furtei novamente pra usar droga. Sendo que eu tenho uma família, eu tenho uma estrutura familiar, eu tenho, como eu falei, eu

sou formado em educação física, sou bom no que eu faço, porém, com a droga acabei com tudo, [...] e depois desse grupo eu acredito que eu comecei a ver a droga de outra forma, comecei a ver a vida de outra forma, e vou sair mais forte pra encarar cada dia sem droga, pode ter certeza. (P3)

Embora os impactos do uso abusivo de substâncias sejam mais visíveis e frequentemente criminalizados em populações de baixa renda, a dependência de drogas atravessa diferentes camadas sociais, afetando pessoas independentemente de sua escolaridade, ocupação ou condição econômica. O que difere, muitas vezes, é a forma como essa realidade é interpretada e tratada socialmente (Tilio & Capeli, 2018). A fala do participante 3 ilustra essa complexidade: apesar de sua formação superior e trajetória profissional, ele vivenciou intensamente os efeitos da dependência, com sofrimento e prejuízos significativos. Sua experiência evidencia como o uso abusivo de substâncias pode desestabilizar aspectos fundamentais da vida de qualquer indivíduo, como os projetos pessoais, os vínculos familiares e a própria identidade, reforçando a necessidade de compreender a dependência a partir de múltiplas dimensões e contextos.

A última categoria, “Vivência no sistema prisional”, descreve os desafios do cárcere, que vão desde a preocupação com conflitos entre presos, até a angústia de não receber notícias da família. Em relação aos conflitos internos, um participante descreveu um exercício de respiração diafragmática ensinado durante os encontros como uma importante estratégia para evitar conflitos dentro da cela, segundo ele:

Principalmente o exercício de respiração, que [é] pra mim fica mais calmo, principalmente na cela [...] na cela uma hora ou outra começa uma briga, ou tipo, tá tudo bem, mas de uma hora pra outra já tá um inferno, então tu respira, tu respira fundo, tu conta até 10, tu faz aquela respiração, tu relaxa, então isso foi muito importante, isso eu tô usando no meu dia-a-dia. (P3)

Esse relato ilustra como estratégias de autorregulação emocional são fundamentais em ambientes de alta tensão como o sistema prisional, pois contribuem para a redução de comportamentos impulsivos, de conflitos interpessoais e de episódios de violência (Casado & Ruano, 2018). A possibilidade de aplicar o que foi aprendido no grupo ao cotidiano carcerário demonstra que os encontros, além de possibilitarem a ampliação das reflexões sobre abuso de substâncias, também ofereceram ferramentas práticas de enfrentamento e cuidado com a saúde mental.

Além do aspecto pragmático da intervenção, ao relatar sua experiência na prisão, o participante 1 faz uma importante crítica à forma de organização do sistema prisional, e como esta organização pode contribuir para a dificuldade de convivência no cárcere. “Como é que eu vou explicar? Outros... Outros crimes. Existem estupros, homicídios. Crimes que não oferecem risco a outras pessoas, que é o meu caso. Mas aquele também. É uma confusão de ideia muito grande dentro da cela”.

A convivência compulsória com indivíduos que, aos olhos do próprio apenado, representam um risco maior ou possuem trajetórias muito distintas, pode gerar impactos subjetivos significativos. Essa realidade, comum no sistema prisional, decorre de uma organização interna frequentemente orientada por critérios meramente administrativos, desconsiderando aspectos subjetivos, relacionais e de segurança entre os internos. Tal (des)organização agrava o clima de tensão, insegurança e julgamento moral nas celas, comprometendo as possibilidades de um cumprimento de pena digno e minimamente saudável. Segundo Soares e Sousa (2021), o ambiente carcerário, quando não estruturado para garantir estabilidade e proteção, favorece dinâmicas violentas e acentua o sofrimento psíquico, intensificando quadros de angústia, desconfiança e retraimento social.

Nesse cenário, o grupo terapêutico se configura como um espaço de respiro simbólico, em que as relações são mediadas pela escuta e pelo respeito, e não pela

imposição ou pela desconfiança (Sousa et al., 2010). O contraste entre a rigidez da estrutura prisional e a experiência vivida no grupo reforça o valor de práticas psicossociais que visem não apenas tratar sintomas, mas criar condições mínimas de humanização, pertencimento e reorganização emocional, mesmo dentro de um sistema que, por si só, tende à fragmentação e à exclusão.

No momento do encerramento das entrevistas, a coletadora perguntou aos participantes se desejavam acrescentar algo que não havia sido perguntado ao longo da entrevista. Todos mostraram-se gratos pela intervenção e pontuaram a importância do espaço reflexivo e o acolhimento das estagiárias, assim como da psicóloga da unidade prisional, supervisora local do projeto. Instituições prisionais são tradicionalmente reconhecidas pela rigidez de protocolos de segurança e pela clara relação de hierarquia entre presos e agentes. Construir um espaço seguro, a partir do serviço de psicologia, mostrou-se promissor na construção de novos sentidos em relação ao abuso de substâncias.

Considerações Finais

Compreender a percepção de homens privados de liberdade sobre um grupo terapêutico voltado à reflexão sobre o uso de substâncias psicoativas foi o ponto de partida que orientou esta pesquisa. A partir da análise das entrevistas, foi possível identificar que a experiência grupal foi reconhecida de forma positiva pelos participantes, sendo percebida como um espaço de escuta, acolhimento e reconstrução subjetiva. As falas evidenciam que a intervenção grupal não apenas proporcionou reflexões significativas sobre a dependência de substâncias, como também mobilizou afetos, memórias e novos sentidos em relação à vida, à abstinência e às possibilidades de futuro.

A experiência subjetiva dos participantes mostrou que os efeitos da intervenção não se restringiram ao momento dos encontros, mas se expandiram para a resignificação

da trajetória de vida, do uso da substância e da própria identidade. Essa reconstrução foi possível, em grande parte, porque o grupo funcionou como um espaço de suspensão das lógicas punitivas, permitindo que a palavra circulasse, que o sujeito fosse reconhecido para além de sua condição de apenado e que novos vínculos pudessem ser experimentados. O grupo, portanto, assumiu um papel de resistência simbólica frente à exclusão, ao abandono familiar e ao estigma social, constituindo-se como ferramenta potente de cuidado no ambiente prisional.

A análise das categorias revelou aspectos centrais da vivência desses participantes, como o desejo de mudança, a busca por estratégias de enfrentamento da abstinência, o resgate de vínculos familiares e sociais e a possibilidade de projetar um futuro diferente. Também ficou evidente o impacto do duplo estigma que recai sobre esses homens: o de serem dependentes de substâncias e o de estarem cumprindo pena. Essa sobreposição reforça o sentimento de não pertencimento, dificultando a reinserção social e alimentando o ciclo de exclusão. Nesse cenário, os grupos terapêuticos se apresentam como uma alternativa ética e afetiva para o cuidado em saúde mental, rompendo com práticas higienistas e disciplinadoras que ainda persistem no sistema penal.

Os encontros possibilitaram que os participantes acessassem experiências de pertencimento, de valorização e de escuta qualificada. Elementos como a construção de estratégias individuais de prevenção à recaída, o reconhecimento do apoio institucional como fator de proteção e o resgate da autoestima surgiram como dimensões fundamentais no processo de mudança. As falas também indicaram que os vínculos estabelecidos entre os próprios participantes funcionaram como reforçadores positivos, criando uma rede interna de suporte e empatia. O desejo de ver os colegas “bem” fora do cárcere, por exemplo, expressa a subjetividade em movimento, que já não está totalmente capturada pela lógica da falta e da punição.

A partir dessas análises, compreende-se que intervenções grupais no contexto prisional não apenas favorecem o cuidado em saúde mental, como também contribuem para a transformação das narrativas de si e para a reconstrução da dignidade desses sujeitos. O grupo não foi apenas um espaço terapêutico, mas um território simbólico onde os participantes puderam se reconhecer como agentes de sua própria história, mesmo em um contexto que frequentemente lhes nega essa possibilidade.

Assim, considera-se que o objetivo proposto nesta pesquisa foi alcançado. A análise das percepções dos participantes evidenciou a eficácia da intervenção como estratégia de escuta, acolhimento e resgate do sentido de futuro, configurando-se como um importante fator de proteção contra a reincidência criminal e o uso de substâncias. Os dados analisados reiteram a importância de práticas psicológicas comprometidas com a dignidade humana, com a promoção da cidadania e com a ampliação dos espaços de cuidado no sistema prisional. Conclui-se que a psicologia, ao assumir seu compromisso ético e social, pode contribuir significativamente para a construção de alternativas ao modelo punitivo vigente, investindo em estratégias de transformação subjetiva que deem lugar à escuta, ao vínculo e à possibilidade de reinvenção da vida.

Referências

- Abreu, G. S. A., & Lima, F. A. C. (2022). Experiências com o fenômeno da abstinência no CAPS AD do município de Maranguape, Ceará. *Revista FSA*, 19(2), 248–269. <http://doi.org/10.12819/2022.19.9.16>
- American Psychiatric Association. (2023). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR* (5ª ed. rev.). Artmed.
- Antonio, R., & Marcarenhas, A. B. D. (2020). Contribuições da Gestalt-terapia no grupo de familiares de dependentes alcoolistas do programa de saúde mental em Mallet-PR. *Revista Renovare de Saúde e Meio Ambiente*, 7(2), 177-190. <https://book.ugv.edu.br/index.php/renovare/issue/view/79/93>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Basaglia, F. (1985). *A instituição negada: Relato de um hospital psiquiátrico*. Graal.
- Capistrano, F. C., Ferreira, A. C. Z., Maftum, M. A., Kalinke, L. P., & Mantovani, M. F. (2013). Impacto social do uso abusivo de drogas para dependentes químicos registrados em prontuários. *Cogitare Enfermagem*, 18(3), 468–474. <https://doi.org/10.5380/ce.v18i3.33556>
- Casado, D. A. G., & Ruano, Á. M. (2018). Reflexiones sobre el impacto de la privación de libertad en la dimensión emocional de internos en centros penitenciarios españoles: La educación emocional como complemento a la reinserción y reeducación. *Edetania: Estudios y Propuestas Socioeducativas*, (53), 225–240.
- Cúnico, S. D., Pizzinato, A., Strey, M. N., & Costa, A. B. (2020). Estigma e construção do território de pessoas privadas de liberdade e seus familiares. *Revista Subjetividades*, 20(Esp1), 1-11. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20iEsp1.e8776>

- Fadel, F. C. (2015). Gestalt-terapia de grupo: O que é isso? *IGT na Rede*, 12(22), 196-239. <https://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/445>
- Foucault, M. (2019). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (41ª ed.). Vozes.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.
- Goffman, E. (2004). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (M. Lambert, Trad., 4ª ed.). LTC. (Original publicado em 1963)
- Lapassade, G. (1989). *Grupos, organizações e instituições* (3ª ed.). Francisco Alves.
- Martins, C. J. B. N. (2015). *A promoção da cidadania por meio do acesso à informação*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16949>
- Miric, M., Álvaro, J. L., González, R., & Torres, A. R. R. (2018). Microsociología del estigma: Aportes de Erving Goffman a la conceptualización psicosociológica del estigma social. *Psicologia e Saber Social*, 6(2), 172–185. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.33552>
- Monteiro, P. H. D. (2019). Papéis sociais, preconceito, estereótipo e estigma: A apresentação da imagem/voz de pessoas presas como instrumento do processo de degradação da personalidade. *Revista do Instituto de Ciências Penais*, 4, 399–428. <https://doi.org/10.46274/1809-192XRICP2019v4p399-428>
- Morcerf, C. C. P., Coutinho, G. M. de Q., Rasmussen, E. B., & Marques, J. M. de A. (2024). Desafios do cuidado integrado e da reeducação de pessoas privadas de liberdade. *Revista DELOS*, 17(62), 1–15. <https://doi.org/10.55905/rdelosv17.n62-234>
- Nóbrega, W. F. S., Oliveira, M. E. C. de, Gomes, K. A. L., & Barbosa, D. V. (2020). A importância do apoio social para a reabilitação de usuários de drogas: Uma

- análise no território brasileiro. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 9(8), 1-18. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6437>
- Oliveira, L. V. de, Coelho, A. A., Salvador, P. T. C. de O., & Freitas, C. H. S. de M. (2019). Muros (in)visíveis: Reflexões sobre o itinerário dos usuários de drogas no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 29(4), 1-19. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290411>
- Pandini, A., D'Artile, E. F., Paiano, M., & Marcon, S. S. (2016). Rede de apoio social e família: Convivendo com um familiar usuário de drogas. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 15(4), 716–722. <https://doi.org/10.4025/ciencuidsaude.v15i4.34602>
- Peixoto, C. C., & Coronel, L. P. (2021). Representações simbólicas do estigma na produção textual na Penitenciária Estadual do Rio Grande. *Revista FDDP: Revista da Faculdade de Direito de Pelotas*, 7(1), 215-233. <https://doi.org/10.15210/rfdp.v7i1.18217>
- Pereira, C. A. A., Risso, E. T., & Pucci, S. (2023). Contribuições da psicologia na elaboração do projeto de vida com usuários de álcool. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(10), 2321-2334. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i10.11792>
- Rêgo, T., Santos, N., & Lima, M. (2019). Drogas e grades: As políticas públicas intramuros. *Revista Inclusiones*, 6 (Número Especial), 1–18. <https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/1889>
- Ribeiro, L. da S., Oliveira, M. A., Costa, F. B., & Almeida, T. R. (2020). Enfrentamento da dependência química na gestação por meio de grupos terapêuticos. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(2), 1437–1445. <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n2-008>

- Ribeiro-Andrade, É., Freitas, M. G. M. D., & Nascimento, L. F. (2021). Uso abusivo de substâncias químicas e os processos de estigmatização social. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, 7(2), 15031–15047. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n2-227>
- Rolim, K. I., Penna, M. N., & Falcke, D. (2023). “Construindo Caminhos”: Intervenção psicossocial em grupo no contexto prisional. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 32(75), 91–107. <https://doi.org/10.38034/nps.v32i75.692>
- Santos, I. T. (2018, 16 de agosto). *Dependência química no campo familiar: dificuldades e consequências*. Clínica Jorge Jaber. <https://clinicajorgejaber.com.br/novo/2018/08/dependencia-quimica-no-campo-familiar-dificuldades-e-consequencias/>
- Silva, V. M. da, & Coutinho, D. J. G. (2024). A dependência química e as relações na conjuntura familiar. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(5), 2680–2694. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i5.14054>
- Silvestre, K. M. P., Ribeiro, M. L. S., Rosário, D. B. do, Barcellos, L. R. O., & Andrade, É. H. R. de. (2023). A motivação, os conflitos emocionais e o tratamento de sujeitos adictos. *Revista Contemporânea*, 3(5), 631–642. <https://doi.org/10.56083/rcv3n5-056>
- Soares, I., & de Sousa, J. P. (2021). Direitos humanos e o sistema prisional. *Revista Vitae - Educação, Saúde & Meio Ambiente*, 1(9), 329-343. <https://revistas.unicerp.edu.br/index.php/vitae/article/view/2525-2771-v1n9-10>
- Soccol, K. L. S., Terra, M. G., Tisott, Z. L., Zubiaurre, P. M., & Siqueira, D. F. de. (2022). Estratégias de prevenção de recuperação utilizadas por mulheres usuárias de drogas. *Espaço para a Saúde: Revista de Saúde Pública do Paraná*, 23, 1-10. <https://doi.org/10.22421/1517-7130/es.2022v23.e863>

- Sousa, D. L. M., Pinto, A. G. A., & Jorge, M. S. B. (2010). Tecnologia das relações e o cuidado do outro nas abordagens terapêuticas grupais do Centro de Atenção Psicossocial de Fortaleza – Ceará. *Texto & Contexto Enfermagem*, 19(1), 147–154. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072010000100017>
- Sousa, J. R. de, & Santos, S. C. M. dos. (2020). Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: Modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, 10(2), 1396-1416. <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>
- Tilio, R., & Capeli, B. M. (2018). Representações de pessoas de diferentes classes sobre substâncias psicoativas. *Revista Augustus*, 22(44), 121–144. <https://doi.org/10.15202/1981896.2017v22n44p121>
- Yalom, I. D., & Leszcz, M. (2006). *Psicoterapia de grupo: teoria e prática*. Artmed.
- Zanini, R. S., & Sotili, M. (2019). Uso de drogas, repercussões e intervenções neuropsicológicas em saúde mental. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 11(28), 94–116. <https://doi.org/10.5007/cbsm.v11i28.69780>